

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Jundiaiense Luiz Braille – De Assistência ao Deficiente da Visão, também designada Braille, fundada em 20 de dezembro de 1941, é uma Associação Civil, educacional beneficente, assistencial, reabilitacional e saúde, sem fins econômicos, que terá duração por tempo indeterminado, com sede no município de Jundiaí. Tem como missão, servir e desenvolver as habilidades potenciais das pessoas deficientes da visão prestando – lhes serviços de diagnóstico, habilitação e reabilitação, gratuitos, permanentes a quem necessitar, sem qualquer discriminação.

O Braille possui os títulos de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal e manteve-se devidamente inscrito no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), e registrado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei 12.973/14 e especificamente a NBC ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC N.º 1.409/12, aplicável a Entidades Sem Finalidade de Lucros e demais disposições complementares, exceto pelo Imobilizado, que não foi avaliado a valor presente na adoção inicial.

No ano de 2008, entrou em vigor a Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil. Essa nova legislação tem, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos sejam expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**a) Moeda funcional e de apresentação**

As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração do superávit do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, exceto as receitas com doações são registradas por sua realização financeira.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes**Disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa**

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
E 2015**
Em reais

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear.

Redução ao valor recuperável

Não houve indicações de perda de valor do ativo imobilizado, ativo intangível e estoques. Portanto, a Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h) Gratuidades e Assistência Social

Estão demonstradas conforme dispostos do Art. 4.º parágrafo único, do Decreto N.º 2.536/98.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	Saldo 2.016	Rentabilidade	IOF	IRF Retido	Saldo 2.015
Banco do Brasil 00.010.109-5	3,26	0,26	0,00	0,03	3,03
Banco Santander - C. Poup. 60.005592-8	244,74	18,84	0,00	0,00	225,90
Banco Bradesco - CDB	36.803,17	6,04	3,81	1,27	0,00
Aplicação Sicredi CDI	219,36	44,06	21,11	3,38	519,92
Aplicação Caixa Econômica CDB FLX C/C 3186-3	105.769,22	8.623,50	0,00	0,00	62.545,72
Aplicação Contamax Empresarial	1.522,09	6,85	4,71	0,00	0,00
Total	144.561,84	8.699,55	29,63	4,68	63.294,57

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
Em reais

5. IMOBILIZADO

	2016			2015
	Custo Reavaliado	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Edifícios	260.306,17	90.569,12	169.737,05	180.591,77
Máquinas e Equipamentos	2.516.026,72	1.622.730,60	893.296,12	1.042.670,22
Móveis e Utensílios	191.720,62	152.958,28	38.762,34	51.868,55
Veículos	39.314,74	29.695,05	9.619,69	14.682,61
Computadores e Periféricos	138.963,96	115.003,74	23.960,22	38.054,54
Instrumental Cirúrgico	179.848,02	34.355,82	145.492,20	159.887,65
Total	3.326.180,23	2.045.312,61	1.280.867,62	1.487.755,34

6. INTANGÍVEL

	2016			2015
	Custo Reavaliado	Amortização Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Softwares	1.200,00	1.200,00	0,00	14,52

7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2.016	2.015
Salários a Pagar	82.020,72	81.420,72
Autônomos a Pagar	18.902,80	25.554,66
INSS a Pagar	16.269,08	46.246,82
FGTS a Pagar	19.832,60	46.899,97
Contribuições Sindicais a Recolher	10.249,48	5.618,64
PIS a Pagar	1.955,20	5.404,37
Férias a Pagar	226.201,85	214.833,87
Total	375.431,73	425.979,05

8. DOAÇÕES

A entidade recebeu doações de pessoas físicas e jurídicas:

	2.016	2.015
Pessoa Física	216.159,54	335.002,54
Pessoa Jurídica	247.266,34	114.195,00
Total	463.425,88	449.197,54

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
Em reais

9. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No ano de 2015, houve uma doação de parte de equipamento, adquirida da empresa House of Vision Comércio e Representações Ltda., cujo pagamento ocorreu por uma ação dos Rotary Club de Jundiaí em 17/12/2015 no valor de R\$ 54.386,00, sendo essa a data da realização da receita com doações de Pessoas Jurídicas.

Em 2016 foram ajustados valores passivos de contribuições sindicais, devidamente recolhidas na sua competência, totalizando o montante de R\$ 669,52 e também um INSS retido de R\$ 41,80, recolhido em 17/07/2015.

10. CONVÊNIOS, SUBVENÇÕES E OUTRAS RECEITAS

	2.016	2.015
Convênios	5.674.374,83	5.387.490,23
Subvenções	34.220,04	60.427,96
Feiras / Eventos / Projetos	102.614,57	110.991,56
Outras Receitas	8.498,48	2.671,58
Total	<u>5.819.707,92</u>	<u>5.561.581,33</u>

11. SEGUROS

A entidade mantém apólices para cobertura de seguros em montantes julgados suficientes para cobrir os eventuais sinistros dos bens patrimoniais.

12. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento ao artigo 4º, Parágrafo Único, do Decreto 2.536 de 06 de abril de 1998, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas em 2016, como se devidas fossem foram de R\$ 143.951,85.

13. APLICAÇÕES DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social.

14. NÃO REMUNERAÇÃO DE CONSELHEIROS, DIRETORES E ASSOCIADOS

O Instituto Jundiaiense Luiz Braille não remunera e não concede benefícios e vantagens a conselheiros, diretores, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, sob qualquer forma, título ou pretexto, em razão das competências, funções ou atividades que lhe são atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
Em reais

15. VOLUNTÁRIOS

No ano de 2016 a entidade contabilizou R\$ 8.875,00, referente aos voluntários na execução de eventos realizados para captação de recursos.

16. OBRIGAÇÕES DA SAÚDE PARA FINS DE CEBAS

A entidade formalizou o recadastramento no Ministério da Saúde, através de protocolo em 16/07/2015 sob o registro nº 2500113672/2015-08, de acordo com a determinação do artigo 40 da Lei nº 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto Federal 8.242/2014 a portaria MS nº 1.970/11 e também foram assinados os termos aditivos dos Convênios 45/2011 e 30/2010 em 10/11/2014 e em 15/07/2015 foram formalizados os convênios 15/15 e 16/15 com o Gestor Local do SUS de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

O Instituto Jundiaense Luiz Braille, mantém atualizados seus dados no Cadastro Nacional de Entidades de Saúde (CNES).

O Instituto atende na área de oftalmologia a 5.000 consultas oftalmológicas por mês, integralmente pelo SUS. No serviço de oftalmologia, além do atendimento ambulatorial, também são realizados os exames e cirurgias de média e alta complexidade dando assim, total resolução aos pacientes atendidos.

17. CUMPRIMENTO DE METAS COM O SUS

Conforme determinação da lei 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo do Decreto Federal No. 8.242/14 e artigo 9º item 1 c. da Portaria do MS 1970/11, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no convênio, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS, no quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos:

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE

Serviços Prestados	Quantitativos-SUS	Qualitativos-SUS	Quantitativos-Ñ/SUS	Qualitativos-Ñ/SUS
Consultas	52.517	Relatórios mensais ao Gestor	-	Prontuários
Exames	128.385	Relatórios mensais ao Gestor	471	Prontuários
Cirurgias	4.599	Relatórios mensais ao Gestor	212	Prontuários
TOTAL	185.501		683	

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE - REABILITAÇÃO

Serviços Prestados	Quantitativos-SUS	Qualitativos-SUS	Quantitativos-Ñ/SUS	Qualitativos-Ñ/SUS
Consultas	10.511	Relatórios mensais ao Gestor	-	Prontuários

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
Em reais

No ano de 2016 e 2015, foram contabilizados recursos provenientes de repasse de convênios SUS de acordo com o quadro abaixo:

Convênio	Repasse 2016	Repasse 2015
45/2011 - Ambulatório e Cirurgias		1.507.954,87
30/2011 - Reabilitação		85.056,67
15/2015 - Ambulatório e Cirurgias	3.887.609,83	1.864.470,69
16/2015 - Reabilitação	101.719,39	97.786,94
Total	3.989.329,22	3.555.269,17

18. DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Conforme determinação do artigo 4º da Lei No. 12.101/09 artigo 20 do Decreto No. 8.242/2014 e artigo 8º da Portaria do MS No N° 1.970, DE 16 DE AGOSTO DE 2011 a Entidade cumpriu:

- as metas estabelecidas em convênio e/ou contrato de contratação;
- ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) que pode ser comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no Comunicado de Internação Hospitalar (CIH);

Nos quadros abaixo demonstramos, conforme determina o artigo 4º da Lei No. 12.101/09 artigo 20 do Decreto No. 8.242/2014 e artigo 9º da Portaria do MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011:

- número de atendimentos SUS: 180.902 e Ñ-SUS: 471
- número de atendimentos SUS: 4.599 e Ñ-SUS (CIHA): 212
- percentual de atendimentos SUS: 99,63%

19. CONVÊNIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Instituto Jundiaiense Luiz Braille no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais formalizou convênios municipais, conforme Relatório de Atividades de 2016, disponível na sede da Entidade para acesso a qualquer cidadão, os respectivos objetivos, origem de recursos, infraestrutura, público-alvo, capacidade e número de atendimentos, recursos financeiros utilizados, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

Os atendimentos realizados em 2016 são demonstrados no quadro a seguir:


NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
E 2015

Em reais

Código Contábil	Rubrica Contábil	Dados Qualitativos	Numero de Atendimentos
3.1.1.2.02	Convênios Municipais - Reabilitação	Relatórios ao gestor	3.240



ANTONIO FINATI PACHECO
PRESIDENTE



ANDRÉA REGINA BONANÇA
CRC 1SP253400/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DE 31/12/2016

INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE

CNPJ: - 50.958.859/0001-86

Aos Administradores do **INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE**:

OPINIÃO DA AUDITORIA:

Examinamos o Balanço Patrimonial do INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE, levantado em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Social), e a de Fluxo de Caixa, correspondentes a este exercício, bem como as correspondentes notas explicativas, elaboradas sob a responsabilidade da Administração dessa Entidade.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas **representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira** do INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE em 31/12/16, os resultados de suas operações, e as mutações de seu patrimônio líquido (social) e os seus fluxos de caixa relevantes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE DE OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à ENTIDADE, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – chamamos a atenção para as notas explicativas:

- 5 - **Ativo Imobilizado** – demonstrado ao custo de aquisição com respectivas despesas reconhecidas pelo método linear que não considera a vida útil conforme determina o CPC 27 e a NBC TG-27 do CFC sobre a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil.
- 10 - **Receitas Operacionais (das Atividades)** – são reconhecidas por competência exceto as decorrentes de doações de sócios PJ e as de PF, e as de rendas diversas decorrentes de promoções e eventos que são reconhecidas no momento de suas realizações (regime caixa) conforme preceitua a norma contábil NBC TG 25 (CFC) – sobre ativo contingentes, por se tratar de receitas incertas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Jundiaí, 19 de abril de 2017.



Segato Consultores - Auditoria e Contabilidade Ltda - CRC 2SP15.697/O-9

Valdir Donizete Segato - CRC 1SP171.269/O-1 / CNAI-CFC 1.776

